



PAULO FREIRE E A POLITICIDADE DA EDUCAÇÃO: A ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM QUESTÃO

NOBRE, Eliacy dos Santos Saboya - URCA/ UFC¹

Grupo de Trabalho - Cultura, Currículo e Saberes
Agência Financiadora: não contou com financiamento

Resumo

O principal objetivo deste artigo é discutir a politicidade da educação, especificamente, da alfabetização de jovens e adultos, à luz dos pressupostos freireanos. O foco central deste trabalho constitui uma reflexão sobre o espaço escolar formal como *locus* de formação político-pedagógica, que, por meio da ação docente, pode contribuir para a elevação da consciência crítica dos educandos. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, tomando como referência algumas obras de Paulo Freire (1978, 1980, 1982, 1987, 2000, 2001, 2003, 2007, 2008). Concluiu-se, a partir de tais leituras, que: (i) a luta em prol da educação é veementemente política e, não, estritamente pedagógica; (ii) a politicidade da educação é diferente de opção partidária do educador, portanto não se utilizam estas expressões como sinônimas; (iii) a vinculação entre alfabetização e politicidade será concretizada na prática educativa, através da opção política do educador, que escolherá os métodos e as técnicas de acordo com a sua visão de homem, mundo e educação; (iv) ao se afirmar que a educação é política, tem-se a clareza de que ela pode estar a favor (ou não) das classes oprimidas, transformando-se, portanto, em uma prática reacionária ou revolucionária. Optou-se por retomar neste trabalho a reflexão sobre a politicidade da educação, com a convicção de que é necessário atualizar o debate sobre o tema, mormente num período em que a politização da educação tem sido um discurso secundário, ou mesmo ausente nas pesquisas educacionais. Portanto, objetiva-se revitalizar essa discussão, e, assim, possibilitar um diálogo mais abrangente e radical sobre a contribuição que a educação pode oferecer às camadas subalternas no processo de conscientização.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Alfabetização. Politicidade.

Introdução

¹ Professora da Universidade Regional do Cariri (URCA). Doutoranda do Programa de Pós- Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (FACED/ UFC). E-mail: professoraeliacy@yahoo.com.br

O artigo aqui apresentado tem como objeto de estudo a politicidade da educação, especificamente, da alfabetização de jovens e adultos. O foco central do trabalho constitui uma reflexão, mediante análise de algumas obras de Paulo Freire (1978, 1980, 1982 1987, 2000, 2001, 2003, 2007, 2008), sobre o espaço escolar formal, através da prática docente, indagando se este pode favorecer os educandos a desenvolverem uma concepção crítica acerca da realidade histórico-social vigente, auxiliando-os na elevação da sua consciência. Assim, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, para melhor compreender a relação entre educação, política e alfabetização, à luz dos pressupostos freireanos.

A educação de jovens e adultos é um direito que foi assegurado na Constituição Federal de 1988, no artigo 208, e, posteriormente, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), nos artigos de nº 37 e 38 da seção V. A partir desta última lei, a EJA passou a ser uma modalidade da educação básica, destinada, gratuitamente, àqueles que não tiveram acesso à escola na idade própria, abrangendo os níveis de ensino fundamental e médio. Entretanto, embora seja um direito constitucional, ainda se depara com estatísticas que exibem um dado alarmante quanto ao baixo índice de escolarização e precaríssima condição de leitura e escrita de grande parte da população brasileira: dos 190 milhões de habitantes do nosso país, 60 milhões com quinze anos ou mais não completaram o ensino fundamental; destes, mais de 14 milhões não sabem ler e escrever; e 30 milhões são considerados analfabetos funcionais, isto é, alunos que têm menos de quatro anos de escolaridade e que, ainda, apresentam grandes dificuldades na interpretação de textos, bem como na produção da escrita.

O Marco de Ação de Belém, documento produzido após a Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos- CONFINTEA VI, realizada em Belém – Pará, no Brasil, em dezembro de 2009, ao tratar da alfabetização de adultos em âmbito mundial, ressalta o grande desafio posto a inúmeros países, visto que há 774 milhões de adultos (dois terços dos quais são mulheres), em todo o mundo, desprovidos de uma alfabetização básica, e, o que ainda é mais agravante, os programas efetivos de alfabetização ou de habilidades para a vida não são suficientes para cobrir essa demanda.

Por que delimitar a alfabetização em nossa investigação? Ora, priorizar a alfabetização de adultos, haja vista a necessidade e a importância dela para a realização de outros direitos. A alfabetização, advoga o Marco de Ação de Belém, “é o alicerce mais importante sobre o

qual se devem construir aprendizagens abrangentes, inclusivas e integradas ao longo de toda a vida para todos os jovens e adultos” (UNESCO, 2010, p. 6). Ainda segundo este documento:

O direito à alfabetização é parte inerente do direito à educação. É um pré-requisito para o desenvolvimento do empoderamento pessoal, social, econômico e político. A alfabetização é um instrumento essencial de construção de capacidades nas pessoas para que possam enfrentar os desafios e as complexidades da vida, da cultura, da economia e da sociedade (UNESCO, 2010, p.7).

Com o objetivo de criar um mundo plenamente alfabetizado, o documento da VI CONFINTEA afirma que é preciso reduzir os níveis de analfabetismo do ano 2000 em 50% até 2015. Ou seja, há uma urgência para que, efetivamente, o analfabetismo seja superado no mundo. Daí a importância de o foco deste artigo ser a alfabetização de adultos.

Vale ressaltar que o analfabetismo, “expressão da pobreza e consequência inevitável de uma estrutura social injusta”, como diz Gadotti (2007, p. 32), é, ainda segundo este autor, “a negação de um direito ao lado da negação de outros direitos. Assim, pode-se inferir que se trata de uma questão pedagógica, e, preponderantemente, política, portanto, o analfabetismo precisa ser analisado historicamente e criticamente.

A relevância sociopolítica desta investigação se configura pelo fato de se perceber o quanto, no seu aspecto legal, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) está vinculada à reprodução da sociedade vigente. Após uma análise dos principais documentos que norteiam e normatizam a política educacional da EJA, observam-se alguns aspectos que evidenciam a tentativa de adequação dessa modalidade de ensino às exigências do novo padrão de produção e das novas relações sociais, ao defenderem, tais documentos, por exemplo, o modelo de competências, uma “educação para adaptação” e a formação ao longo da vida, em prol da empregabilidade. Nessa análise, também percebe-se a tentativa de uma reedição neoliberal da teoria do capital humano, segundo a qual a educação é vista, mais uma vez, como a redentora das mazelas sociais, salvando, inclusive, os países de suas crises. Como alerta Sônia Rummert (2007, p. 36-37/ Grifos nossos):

O país encontra-se, portanto, numa situação aparentemente paradoxal. Por um lado, convive com elevados índices de analfabetismo absoluto e funcional, com baixas taxas de terminalidade do Ensino Fundamental e com possibilidades ainda menores de acesso ao Ensino Médio, atingindo particularmente a juventude. Tal quadro, entretanto, não desencadeou, até hoje, por parte do Estado, efetivas medidas de universalização da Educação Básica. Por outro lado, seguindo a tendência fortemente hegemônica em âmbito mundial, os discursos dominantes atribuem à educação o ônus de colocar o país em lugar de destaque no quadro econômico internacional. *A educação é, assim, (re)apresentada como a via de superação das*

assimetrias de poder entre os países centrais e aqueles que aspiram ao ingresso no bloco hegemônico, bem como entre classes, frações de classe e indivíduos.

No atual contexto, verifica-se que a grande preocupação de muitos profissionais que atuam no campo da alfabetização de adultos direciona-se aos métodos e técnicas para alfabetizar. Os questionamentos “abstratos” sobre o melhor método, as melhores técnicas, e, não raro, sobre o que se “pode” ou não fazer para alfabetizar e letrar estão na ordem do dia.

Ressalte-se ainda que, atualmente, a politicidade da educação tem sido um discurso secundário, ou mesmo, ausente. Trata-se de uma discussão que, como se constata, tem sido relegada, omitida, vista, quiçá, como um saudosismo da década de 1960.

Na atual conjuntura política, econômica, social e cultural em que se vive, omitir ou não trabalhar a questão da politicidade da prática educativa é, na verdade, como diria Freire, uma opção política a favor do *status quo*. Objetiva-se, com o desenvolvimento deste trabalho, revitalizar essa discussão, e, assim, possibilitar um diálogo mais abrangente e radical sobre a contribuição que a educação pode oferecer às camadas subalternas no processo de conscientização.

O caráter político da alfabetização de jovens e adultos: contribuições de Paulo Freire

A preocupação com os métodos e técnicas para alfabetizar, embora bastante limitada, é legítima; entretanto, se os educadores não realizarem uma reflexão sociopolítica mais aprofundada sobre tais questões, procurarão obter respostas aligeiradas e mecanicistas para enfrentar os desafios da educação no contexto atual.

Vale ressaltar que o conceito de alfabetização vem sofrendo diversas transformações desde meados da década de 1980. Data desta época o surgimento do conceito de letramento e, assim, das contribuições da Psicogênese da Língua Escrita, o que contribuiu para a desconstrução de paradigmas educacionais deste campo, bem como realizou um convite a todos os alfabetizadores (de crianças, jovens ou adultos) para que repensassem as suas práticas. Percebe-se, assim, a necessidade premente de discussões aprofundadas sobre o “como fazer”, o que não está dicotomizado do “por que” fazer, ou seja, uma discussão sobre a relação entre as opções teórico – metodológicas e as questões políticas da educação, estando ambas, ontologicamente, vinculadas. No que tange a esta vinculação, Freire (1982, p. 43) afirma que:

A alfabetização de adultos deve ser vista, analisada e compreendida desta forma. O analista crítico descobrirá nos métodos e nos textos usados pelos educadores opções valorativas que revelam uma filosofia do ser humano, bem ou mal esboçada, coerente ou incoerente, assim como uma opção política, explícita ou disfarçada. Somente uma mentalidade mecanicista, que Marx chamaria de “grosseiramente materialista”, poderia reduzir a alfabetização de adultos a uma ação puramente técnica. Esta mentalidade ingênua não seria capaz, por outro lado, de perceber que a técnica, em si mesma, como instrumento de que se servem os seres humanos em sua orientação no mundo, não é neutra.

No atual contexto de globalização hegemônica e de ascensão do neoliberalismo, depara-se com inúmeros desafios, dentre eles: a destruição do meio ambiente, o aumento da violência, o desemprego estrutural e a fome de um bilhão de pessoas no mundo, o que confirma o fato de estarmos vivendo “na versão mais destrutiva do capitalismo” (SANTOS, 2008, p. 19).

Como esses problemas afetam a área da educação? Ora, a educação não está “acima” da sociedade, mas é diretamente condicionada por ela, pelo contexto político e socioeconômico vigente. O fato de estar condicionada por esse contexto não implica dizer, como nos adverte Freire (1980), que nada deve ou pode ser feito no âmbito educativo a favor das classes oprimidas. Se o sistema educacional vigente não pode ser a alavanca da transformação social, Paulo Freire, em sua concepção filosófica e política de educação, no entanto, não nega qualquer esforço sério na intimidade desse sistema. Há dificuldades, mas não há inutilidade. Daí porque, na sua *Pedagogia do Oprimido* (1987), defende que podem ser realizados “trabalhos educativos” a favor da humanização dos homens, visto não ser possível, devido às questões de poder da própria classe dominante, à burguesia sistematizar uma educação libertadora no atual contexto educacional formal, estando o capitalismo como o modo de produção vigente.

Freire, ainda em meados dos anos 1990, percebia o modo funcionalista de como os objetivos educacionais se vinculavam às demandas do mercado de trabalho e alertava para uma tendência pragmático-tecnicista neoliberal da educação de jovens e adultos. Criticamente, afirmava que “nunca talvez se tenha feito tanto pela despolitização da educação quanto hoje” (FREIRE, 2000, p. 95/ Grifos nossos). Segundo este autor, tal tendência de educação negaria os sonhos, as utopias e as ideologias, e se preocuparia simplesmente com a pura transmissão mecânica de saberes técnicos e instrumentais. Destarte, seria tão mais eficaz quanto melhor adaptassem os educandos à ordem social vigente (FREIRE, 2000).

Com uma pergunta provocadora: “A alfabetização de adultos: é ela um *quefazer* neutro?” Freire (1978) rechaça a pretensa neutralidade das práticas educativas, afirmando que não é possível negar o caráter político da educação, a não ser por “angelitude ou astúcia”. Segundo este autor, “os problemas básicos da pedagogia não são estritamente pedagógicos, mas políticos e ideológicos” (1978, p. 69).

No decorrer de toda a sua obra, Freire ressalta a relação ontológica entre educação e política, pois, segundo ele, toda prática educativa seria, na verdade, um ato político, destarte a educação seria uma prática eminentemente política (FREIRE, 2008). Em sua *Pedagogia do Compromisso*, livro publicado em 2008 e organizado por Nita, segunda esposa de Freire, teve-se acesso aos seus escritos ainda não publicados em vida, fruto de palestras, conferências e entrevistas proferidas em diversos países da América Latina. Nesses textos, pronunciados nas décadas de 1980 e 1990, Freire reafirma suas convicções nada ingênuas em relação à politicidade da educação, sobretudo, ele explicita que

Não há situação educativa que não aponte objetivos que estão mais além da sala de aula, que não tenha a ver com concepções, maneiras de ler o mundo, anseios, utopias. Do ponto de vista técnico, esta instância, em filosofia da educação, recebe o nome de direcionalidade da educação. Muita gente confunde direcionalidade com dirigismo, com autoritarismo. No entanto, a direcionalidade pode viabilizar tanto a posição autoritária como a democrática, da mesma maneira que a falta de direcionalidade pode viabilizar o espontaneísmo. É justamente a direcionalidade que explica essa qualidade essencial da prática educativa, que pode ser chamada de politicidade da educação. A politicidade da prática educativa não é uma invenção dos subversivos como pensam os reacionários. Ao contrário, é a natureza mesma da prática educativa que conduz o educador a ser político. O educador não é um ser político porque quer e sim porque sua condição de educador o impõe. Isto não significa ser partidário deste ou daquele partido, ainda que se considere que todo educador deva assumir uma posição partidária. A politicidade é então inerente à prática educativa. Isto significa que o professor deve ter suas opções políticas próprias e claras, seus sonhos. “Porque, afinal, o que é que nos move, nos dá alento como professores, se ganho tão pouco, se estou tão desprestigiado nesta sociedade de mercado? Que sonho tenho para sonhar, para discutir com os meus alunos?” (FREIRE, 2008, p. 34-35).

Assim, havendo uma direcionalidade, pode-se ratificar a afirmação de que a educação é política e que, portanto, exige que o educador faça a sua opção. Tal direcionalidade pode encaminhar-se tanto para a problematização e denúncia do *status quo* como para a reprodução de ideologias que favoreçam a alienação do povo. Sendo um político, Freire (2008) advoga que o educador não pode se furtar de emitir suas opiniões a respeito das diferentes temáticas que aborda em sala de aula. Aliás, ele pode (e deve!) expor aos alunos o seu pensamento, a sua visão de mundo, não podendo escondê-la, mesmo tendo consciência de que a sua defesa -

a palavra do professor - pesa culturalmente. Destarte, fazendo uma reflexão de sua postura enquanto educador, ele afirma:

[...] eu não tenho porque esconder as minhas posições para os meus alunos: eles ou elas não me respeitariam, pensariam que tenho vergonha de dizer as coisas pelas quais luto [...] o professor não pode escondê-las e precisa dizer aos estudantes: “reconheço que, culturalmente, a palavra do professor pesa, mas é preciso que vocês aprendam a medir o peso da palavra do professor. Não se deve escutá-lo só porque ele é o professor [...]” (FREIRE, 2008, p. 123)

Portanto, no que tange à alfabetização, é imprescindível que o alfabetizador de adultos tenha consciência dessa politicidade, pois, assim, com base nessa escolha, selecionará os textos, os métodos e as técnicas para alfabetizar.

Freire (1978) explicita detalhadamente a necessidade da tomada de posição do educador quando afirma que: “se a opção do educador ou da educadora é pela modernização capitalista, a alfabetização de adultos não pode ir, de um lado, além da capacitação dos alfabetizados para que leiam textos sem referência ao contexto; de outro, da capacitação profissional com que melhor vendam sua força de trabalho” (p. 69), entretanto, “se revolucionária é a sua opção, o fundamental na alfabetização de adultos é que os alfabetizados descubram que o importante mesmo não é ler histórias alienadas e alienantes, mas fazer história e por ela serem feitos” (p.69-70). Os alfabetizados, numa prática reacionária, não são chamados a pensar criticamente sobre a sua realidade, a fazer a sua leitura de mundo concomitantemente à leitura da palavra; já numa prática voltada para a emancipação humana, os educandos são convidados a refletir e a, como diria Freire, “refazer o mundo”.

Destarte, não havendo neutralidade no processo de alfabetização e em nenhuma prática educativa, tanto a clarificação da realidade como a ocultação desta são atos políticos. Daí a importância central, fundamental, de o educador ter clareza de sua opção política, se está a favor ou contra o *status quo*, qual é a sua visão de mundo, de homem e de educação. Será de acordo com essa opção e visão que ele embasará a sua prática educativa. Segundo ele, “não é possível exercer a tarefa educativa sem nos perguntarmos, como educadores e educadoras, qual é nossa concepção do homem e da mulher. Toda prática educativa implica na indagação: que penso de mim mesmo e dos outros?” (FREIRE, 2008, p. 21) Assim, “a pergunta primeira que se deve fazer é: a serviço de quem, de quais ideais produzimos,

conjuntamente com os alunos, o saber dentro do tempo-espaço da escola?”(FREIRE, 2008, p. 31).

No que tange à politicidade e à opção do educador, José Carlos Libâneo (1994), na esteira de Freire, afirma que:

O compromisso social, expresso primordialmente na competência profissional, é exercido no âmbito da vida social e política. Como toda profissão, o magistério é um ato político porque se realiza no contexto das relações sociais onde se manifestam os interesses das classes sociais. O compromisso ético-político é uma tomada de posição frente aos interesses sociais em jogo na sociedade. Quando o professor se posiciona, consciente e explicitamente, do lado dos interesses da população majoritária da sociedade, ele insere sua atividade profissional- ou seja, sua competência técnica- na luta ativa por esses interesses: a luta por melhores condições de vida e de trabalho e a ação conjunta pela transformação das condições gerais (econômicas, políticas, culturais) da sociedade” (LIBÂNEO, 1994, p. 48/ Grifos nossos).

Vale ressaltar, entretanto, que ao se afirmar, à luz da pedagogia freireana, ser política a educação, não se está afirmando que esta politicidade é partidária. Segundo Freire (2008, p.73),

Toda educação é política, não pode deixar de sê-lo. O que não significa que os educadores imponham as linhas do seu partido aos educandos. Uma coisa é a politicidade da educação e outra coisa é a opção partidária do educador. Eu não tenho o direito de impor aos educandos e educandas a preferência pelo meu partido no Brasil, de maneira nenhuma. Mas tenho o dever de dizer aos educandos qual é o meu partido. Isto de dizer que o educador deve manter uma distância para não influir nos educandos para mim é profundamente falso. Eu não tenho dúvida de que o grande respeito que tenho pelos educandos manifesta-se no testemunho que lhes dou sobre a força com que luto pelos meus ideais. Isto é educativo. Agora, ao mesmo tempo, devo respeitar profundamente as idéias deles e delas, ainda que contrárias às minhas, porque se eu me afirmo e proíbo que eles se afirmem, então eu sou autoritário, incoerente e minha pedagogia é hipócrita.

Outro ponto que merece destaque é o ensino dos conteúdos e, no caso da alfabetização, o trabalho com a leitura e a escrita. Ao frisar a importância do desvelamento do mundo, da realidade, Freire jamais relegou a um segundo plano o ensino dos conteúdos. Segundo ele, o educador deve estar preparado cientificamente para a docência, deve ter segurança ao lecionar a sua disciplina, buscando ensiná-la da melhor maneira possível, com rigor e seriedade, sem deixar, entretanto, de conhecer a realidade do educando e, concomitantemente, desafiá-lo “a pensar criticamente a realidade social, política e histórica em que é uma presença” (FREIRE, 2000, p. 44). Não obstante,

Tenho enquanto educador de me ir tornando cada vez mais competente sem o que a luta perderá eficácia [...]. Como alfabetizar sem conhecimentos precisos sobre a aquisição da linguagem, sobre linguagem e ideologia, sobre técnicas e métodos de ensino da leitura e da escrita? Por outro lado, como trabalhar não importa em que campo da alfabetização, no da produção econômica em projetos cooperativos, no da evangelização ou no da saúde sem ir conhecendo as manhas com que os grupos humanos produzem sua própria sobrevivência? (FREIRE, 2000, P. 83).

É sabido ainda que Paulo Freire, extremamente preocupado com os índices de analfabetismo no país, lançou, nos anos de 1960, um novo paradigma teórico de educação, para romper com a ideia de que o analfabetismo era a causa da pobreza e do não desenvolvimento do país, o que ficou conhecido como “Método Paulo Freire” de alfabetização. Freire defendeu pressupostos político-filosóficos bem definidos, nos quais afirmava a importância da “leitura do mundo”, concomitantemente à “leitura da palavra”, tomando como essência a conscientização das determinações sociais das desigualdades e da opressão, sobretudo para dar direção e consequência à ação prática, ou seja, à realização do que denominou de “práxis”.

Ainda de acordo com este educador pernambucano,

A prática educativa, reconhecendo-se como prática política, se recusa a deixar-se aprisionar na estreiteza burocrática de procedimentos escolarizantes. Lidando com o processo de conhecer, a prática educativa é tão interessada em possibilitar o ensino de conteúdos às pessoas quanto em sua conscientização [...] Dessa forma são tão importantes para a formação dos grupos populares certos conteúdos que o educador lhes deve ensinar, quanto a análise que eles façam de sua realidade concreta (FREIRE, 2007, p. 16).

Em *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*, Paulo Freire (1982) faz uma breve referência às diferentes concepções de alfabetização de adultos, a saber: ingênua, astuta e crítica. O analfabetismo, numa concepção ingênua, é encarado ora como uma enfermidade, ora como uma chaga ou erva daninha. Nesta concepção, a alfabetização seria o ato de depositar palavras, sílabas e letras nos alfabetizandos, e não haveria, por ingenuidade do educador, nenhuma discussão acerca da realidade, nenhuma “leitura do mundo”. Não sendo crítico, o educador não poderia fomentar tal leitura. Numa “alfabetização astuta”, o educador também não vai desvelar a realidade socioeconômica vigente junto com os seus educandos, porém não o fará por escolha, por ter feito uma opção a favor da domesticação, da reprodução do *status quo*. Tais práticas são bastante semelhantes, mas se diferenciam, segundo Freire (2003), pela subjetividade de seus agentes, ou seja, dos que coordenam o ato educativo: os professores.

Sobre os materiais didáticos utilizados na alfabetização, vale ressaltar que Freire (1982) faz uma severa crítica às cartilhas, afirmando que elas são limitadas e domesticam os educandos; portanto, ao utilizá-las não se permite a livre expressão e nem desenvolvimento do potencial criativo dos alfabetizandos, visto que os textos contidos nestes materiais raramente coincidem com a realidade existencial dos estudantes.

O analfabetismo, numa visão crítica, é compreendido como uma das expressões das desigualdades socioeconômicas, produto das injustiças do sistema capitalista. Na alfabetização crítica, segundo os pressupostos freireanos, as palavras devem vir do universo vocabular dos educandos. É preciso, portanto, problematizar o próprio analfabetismo. Há, nesse processo, o desenvolvimento de uma visão lúcida e totalizante da realidade. Há a assunção de que não há absolutização do saber ou da ignorância. Os alfabetizandos começam a ter consciência do mundo do trabalho e da cultura, e compreendem, portanto, que são detentores de muitos saberes advindos do trabalho. A alfabetização crítica é um ato de conhecimento e não de mera transferência deste. Freire, mediante este processo, não absolutizava nem a subjetividade nem a objetividade. Ambas, a seu ver, estavam dialeticamente relacionadas. Assim, nem se poderá cair no idealismo ao dar à subjetividade um poder que ela não tem e nem cair num mecanicismo ao elevar apenas o poder da objetividade. Não há dicotomização entre elas (FREIRE, 1982).

Na atualidade, entretanto, percebe-se a forma superficial e secundária pela qual é tratada a questão da politicidade da alfabetização, assim como se verifica a centralidade das preocupações em trabalhar com os “melhores métodos” ou com as melhores técnicas de alfabetização. Sobre essa questão, Freire (2001, p.69) adverte que em toda prática educacional há a presença de “métodos, processos, técnicas de ensino, materiais didáticos”, entretanto esses “devem estar em coerência com os objetivos, com a opção política, com a utopia, com o sonho de que o projeto pedagógico está empregado”. Ou seja, não existem métodos “abstratos” ou mesmo “neutros”. Assim, esclarece que

[...] o problema da alfabetização de adultos, jamais a reduzi a um conjunto de técnicas e de métodos. Não os subestimando, também não os superestimo. Os métodos e as técnicas, naturalmente indispensáveis, se fazem e se refazem na práxis. O que se me afigura como fundamental é a clareza com relação à opção política do educador ou da educadora, que envolve princípios e valores que ele ou ela devem assumir. Clareza com relação ao “sonho possível a ser concretizado” (FREIRE, 1978, p. 69).

Considerações Finais

Concorda-se com Mamede (2000, p. 27) que a alfabetização é “um dos pontos de interesse, de preocupação e de constante discussão na área educacional, permanecendo, porém, um dos maiores problemas do ensino brasileiro, fato este que, por si só, justificaria a pertinência de estudos sobre o tema”.

Para que se compreenda o papel da escola na sociedade vigente e, assim, o papel da alfabetização de jovens e adultos no espaço escolar formal, ampliando-o para além de um meio de “adestramento” ou de adequação dos educandos aos ditames impostos pela sociedade vigente, é preciso refletir sobre como os professores alfabetizam hoje e por que realizam tais ações, tentando ter como pano de fundo a questão da politicidade. Não se podem analisar métodos, técnicas ou estratégias de uma forma abstrata, mas, sim, vinculando-os à concepção de homem, de sociedade e de educação que os professores, organizadores do processo de ensino, possuem. A formação crítica e o desvelamento da realidade ainda se fazem extremamente necessários.

Assim, sobre a relação entre política e educação, compreende-se, à luz do pensamento político-pedagógico de Paulo Freire, que: (i) a luta em prol da educação é veementemente política e, não, estritamente pedagógica; (ii) a politicidade da educação é diferente de opção partidária do educador, portanto, não se utilizam estas expressões como sinônimas; (iii) a vinculação entre alfabetização e politicidade será avaliada na prática educativa, através da opção política do educador, que escolherá os métodos e as técnicas de acordo com a sua opção; (iv) ao se afirmar que a educação é política, tem-se a clareza de que ela pode estar a favor (ou não) das classes oprimidas, transformando-se, portanto, em uma prática reacionária ou revolucionária.

Optou-se por retomar neste trabalho a reflexão sobre a politicidade da educação, especificamente da alfabetização de jovens e adultos, por tratar-se da necessidade de atualização e debate sobre o tema, mormente no momento em que se está “diante do surgimento de uma nova sensibilidade, na qual as estruturas de dominação, exploração e subordinação ainda não desapareceram. E, talvez, nunca tenham tido tanta força nem tenham sido tão exacerbadas. Por isso, não é possível esquecê-las em nossas pesquisas e proposições de ação” (SOUZA, 1998, p.256).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.934, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

FREIRE, Paulo. A alfabetização de adultos: é ela um quefazer neutro? **Educação & Sociedade**, nº 1. São Paulo: Cortez, 1978.

_____. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 44ªed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **Conscientização**: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3ªed. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Educação de adultos**: algumas reflexões. IN: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (orgs.). Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta. 9 ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2007.

_____. **Pedagogia do compromisso**: América Latina e educação popular. Indaiatuba, SP: Villa das Letras, 2008.

_____. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. 3ª reimpressão. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 37ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Política e educação**: ensaios. 5ªed. São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, Moacir. Educação de jovens e adultos: correntes e tendências. IN: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (orgs.). **Educação de jovens e adultos**: teoria, prática e proposta. 9 ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2007.

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MAMEDE, Inês C. de M. **Professoras alfabetizadoras**: quem são, o que pensam e como alfabetizam. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza.

RUMMERT, Sônia Maria (2007). A Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores brasileiros no Século XXI. O “novo” que reitera antiga destituição de direitos. Sisifo. **Revista de Ciências da Educação**, 2, pp. 35-50 Consultado em [novembro, 2012] em <http://sisifo.fpce.ul.pt>

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, João F. de. Conversação com João Francisco de Souza. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Educação Popular hoje**: variações sobre o tema. Edições Loyola: São Paulo, 1998.

UNESCO. **Sexta conferência internacional de educação de adultos (CONFINTEA VI)**: Marco de Ação de Belém. Brasília, 2010.